

# A crise econômica: algumas sugestões

J. C. de Macedo Soares Guimarães

(Nota: esta medida já está em andamento).

5 — Os empréstimos em moeda forte só seriam tomados, daqui por diante, pelo Governo e assim mesmo para execução de projetos de alta prioridade. Vedada, por conseguinte, a tomada de empréstimos externos por empresas estatais e particulares até segunda ordem. (vide item a respeito da Resolução 63.)

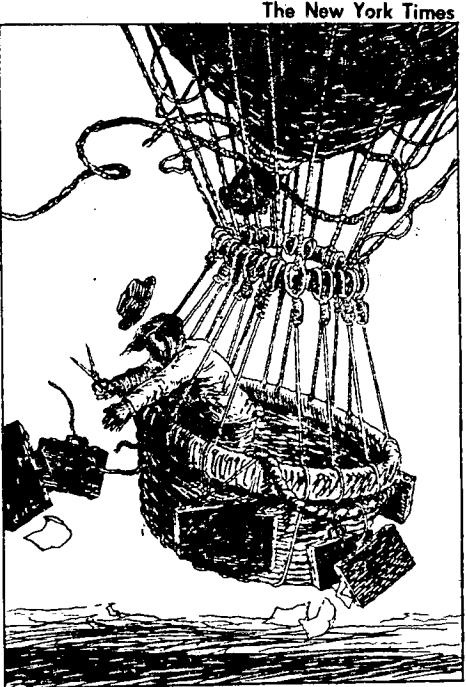
6 — Isentar de qualquer imposto, inclusive de Renda por cinco anos, as remessas de lucros das firmas que trouxeram capital para o Brasil, a partir deste ano, na proporção capital atual vs. novo capital. Isto incentivaria os investimentos diretos.

Passemos, agora, à frente interna. Cumpre a todo custo impedir a recessão, que causaria desemprego, e também reduzir a inflação. Vamos sugerir algumas medidas:

1 — Preparar um orçamento único para o país. Acabar com os orçamentos paralelos, o fiscal, o monetário e o das estatais. Acabar com os Fundos independentes manobrados por Ministérios ou Autarquias. Ex: Fundo de Marinha Mercante, Fundo Portuário, etc. Tudo deveria ficar dentro do orçamento.

2 — Eliminar o déficit governamental fazendo economias e sem aumentar impostos. Fechar uma quantidade de órgãos e comissões com atribuições superpostas. A máquina governamental é excessivamente cara.

3 — Dar severo combate à estatização. As empresas estatais que dão déficit, se não puderem ser vendidas, deverão ser fechadas. A desculpa de que algumas empresas deficitárias devem existir por motivos de segurança nacional já agora não tem razão de ser. A segurança nacional deixou de existir com o enorme rombo da dívida externa. Estamos sendo comandados do exterior. Não existe nenhuma segurança, na



acepção correta do termo, quando se atrelam os destinos do país aos banqueiros internacionais.

4 — Expandir e apoiar ao máximo a indústria de construção civil. É a grande válvula de escape nas épocas de recessão (vide Franklin Roosevelt em 1932).

5 — Cancelar a Resolução 63. Medida polêmica. Mas temos as nossas justificativas. Nenhum empréstimo externo deve ser tomado a partir de agora se não gerar ou economizar divisas no ciclo produtivo. Atualmente, o Governo, a pretexto de criar reservas, não tem nenhum controle sobre a aplicação dos recursos em cruzeiros obtidos pela Resolução 63. Endividar-se em dólares para gastar em cruzeiros sem gerar dólares não dá... Enquanto existir a Resolução 63, os juros internos não baixarão. Além

do mais, qualquer empresário de juízo, na atual conjuntura, jamais se endividaria em dólares.

6 — Modificar a sistemática fiscal no sentido de orientar a poupança para o capital de risco e não para a agiotagem. Isentar as pessoas fiscais do Imposto de Renda sobre dividendos das ações das empresas de capital aberto.

7 — Dar liberdade completa à expansão do crédito para o sistema bancário. Embora de efeito inflacionário (temporário), com a eliminação da Resolução 63 irá diminuir o juro interno e servirá como antídoto das medidas causadas pelas providências (necessárias) adotadas na frente externa.

8 — Eliminar todo e qualquer incentivo, exceto para exportação. Estudar um meio de compensar as regiões Norte-Nordeste através de tabelas diferenciadas de Imposto de Renda.

9 — Abolir todo e qualquer subsídio. Compensar a retirada do subsídio agrícola com financiamentos de prazos longos e carência de três safras pelo menos.

10 — Desindexar a economia — ORTN não é moeda. Tomar como base o INPC para quaisquer reajustes, mas sempre sem obrigação de segui-lo.

11 — Criar o Ministério da Economia para ter um comando único na emergência. A este Ministério, subdividido em Secretarias de Planejamento, do Tesouro, da Indústria e do Comércio e de Abastecimento (em nível subministerial), ficarão subordinados todos os estabelecimentos de crédito oficiais, como Banco Central, BNDES, BNH, Banco do Brasil, Caixa Econômica, etc.

12 — O Banco Central deve ser apenas o órgão regulador da moeda e do crédito, deixando o fomento para outras entidades. Utilizar o Open-Market na sua função correta de regular a expan-

são dos meios de pagamento, não como captador de recursos para cobrir déficits orçamentários.

Evidentemente que várias outras medidas complementares seriam necessárias. Muitas não podem ser executadas de imediato. Reconhecemos que algumas são polêmicas. O que desejamos é fixar algumas idéias e suscitar o debate. Havemos de ter um mínimo de planejamento e seguir diretrizes seguras. Se não, nada feito.

Com toda certeza, estas nossas opiniões sobre a economia do país irão provocar ataques nervosos em alguns dos nossos economistas "tupiniquins" e talvez apoio de outros. Isto é normal. Peterson, nosso professor de economia na Universidade de Michigan, dizia, jocosamente: "Em economia, metade da biblioteca é a favor e a outra metade é contra."

As sugestões apresentadas têm como fundamentos, na frente externa, obter um superávit substancial no balanço de pagamentos; na frente interna, visa à austeridade governamental, ao fortalecimento real da iniciativa privada via mercado de capitais e a um comando firme na direção da economia.

Desejamos ressaltar, finalmente, que este programa não é para ser comandado por um ou vários Ministros. É programa para ser comandado diretamente pelo Presidente da República. No regime presidencialista há matérias, há comandos, que não podem ser delegados a ninguém. Ao Presidente da República, como símbolo da União Nacional, compete levantar as forças vivas da nação para a grande empreitada que temos pela frente. Com a palavra o Presidente João Baptista de Figueiredo.

J. C. de Macedo Soares Guimarães é jornalista e engenheiro.